



Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

Enangrad Júnior

DALTON ROCHA PEREIRA

ALYCE CARDOSO CAMPOS

THAÍSA BARCELLOS PINHEIRO DO NASCIMENTO

POLIANA LIMA AZEVEDO

MARCELO OLIVEIRA JUNIOR

APG3 Administração pública, governo e terceiro setor

**SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS
PUBLICAÇÕES REALIZADAS EM LÍNGUA PORTUGUESA, 1988 A 2018**

RESUMO: A literatura científica sugere que após um longo caminho, o distanciamento entre proteção social assegurada pelo Estado e as necessidades da população diminuíram e, a exemplo de ações capitaneadas por outros países, o Brasil implanta em sua Constituição Federal de 1988 o sistema de Seguridade Social, com a união da saúde, previdência e assistência social. Nesse contexto, a presente pesquisa objetiva verificar o comportamento da literatura científica publicada em língua portuguesa entre 1988 e 2018 que trata da seguridade social brasileira. Para esse propósito, utilizou-se métodos quantitativos, suportados pela análise bibliométrica, aplicados à bibliografia já tratada cientificamente. Os resultados apontam um crescimento no número de publicações sobre o tema, principalmente no novo milênio, porém, tal crescimento é tímido se comparado a importância do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Seguro. Proteção. Bem-estar social. Brasil.

ABSTRACT: The scientific literature suggests that after a long journey, the distance between social protection provided by the State and the needs of the population has decreased, and, as in the case of actions led by other countries, Brazil implements in its Federal Constitution of 1988 the Social Security system, with the union of health, welfare and social assistance. In this context, the present research aims to verify the behavior of the scientific literature published in Portuguese language between 1988 and 2018 that deals with Brazilian social security. For this purpose, were used quantitative methods, supported by the bibliometric analysis applied to the bibliography treated scientifically. The results indicate a growth in the number of publications on the subject, especially in the new millennium, but such growth is timid if compared to the importance of the theme.

KEYWORDS: Insurance. Protection. Social welfare. Brazil.

1. Introdução

Em um Estado democrático de direito, como é o caso do Brasil, as ações do Estado nos âmbitos econômico e social geram discussões entre cientistas políticos e economistas. De um lado, alguns defendem a intervenção estatal com a inserção de aparelhos sociais que assegurem a cidadania, isto é, o Estado é quem tem a responsabilidade de garantir equidade entre os indivíduos. Do outro lado, outros discutem que as relações econômicas, aparadas pelos processos de produção e crescimento econômico e de empregos, são, por si só, suficientes para garantia da cidadania. Contudo, “os fundamentos da seguridade social brasileira afirmam que as forças econômicas não são suficientes para garantir os direitos de cidadania relegando ao Estado a responsabilidade em manter uma rede de proteção social àqueles que não acessam as vantagens produzidas pelo sistema econômico vigente” (SANTOS, 2007, p. 274).

Em parte, as ideias, que hoje repercutem sobre o posicionamento do Estado frente à garantia do bem estar social, nasceram das transformações sociais que ocorreram no decorrer da história ocidental. Mais precisamente, o chamado *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social), foi o gatilho para que a Administração Pública incluísse formalmente em suas atribuições a responsabilidade de assistir a sociedade, com vistas a assegurar a equidade entre os indivíduos (MEDEIROS, 2001).

No Brasil, essas ideias foram assimiladas pelo Estado que, através da Constituição Federal (CF) de 1988, deu garantias à sociedade de que Ele teria a responsabilidade de assegurar a população o acesso à previdência social, assistência social e a saúde. Esses três elementos constituem o chamado sistema de Seguridade Social (BRASIL, 1988).

No decorrer dos últimos 30 anos, as mudanças sociais, institucionais, econômicas e, principalmente, políticas deram novos rumos ao posicionamento do Estado frente às necessidades da população. Nesse intervalo de tempo, a sociedade brasileira experimentou mudanças de governos com ideologias político econômicas diferentes, até divergentes e tais diferenças foram refletidas, inclusive, no modelo de seguridade social vigente. Esse fato nos faz refletir se tais mudanças repercutiram na literatura científica brasileira, de tal modo que se questiona “como a literatura científica que trata da seguridade social do Brasil tem se comportado nos últimos 30 anos?”.

Partindo de tal questão norteadora, definiu-se o objetivo do presente estudo como: verificar o comportamento da literatura científica publicada em língua portuguesa entre 1988 e 2018 que trata da seguridade social brasileira.

Para atingirmos tal objetivo, realizamos uma análise bibliométrica de textos já tratados cientificamente, indexados às bases de dados suportadas pela *Web of Science*.

Nas próximas seções, introduziu-se uma discussão teórica a fim de elucidar o leitor sobre aspectos históricos e conceituais relevantes para o entendimento da proposta do presente estudo; demonstrou-se os métodos e as técnicas utilizadas para o delineamento da pesquisa; discutiu-se os resultados obtidos; e, realizou-se as considerações finais sobre os mesmos.

2. *Welfare State*: primórdios da seguridade social

Antes mesmo que um conceito fosse formulado para o que hoje denomina-se *Welfare State* (ou Estado de Bem Estar Social), economistas políticos, ainda no século XIX, realizavam apontamentos (mesmo que divergentes) sobre as relações

existentes entre bem estar social e economia, num Estado capitalista (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Para melhor entendimento desse conceito, é importante introduzir aspectos históricos que contribuíram para o desenvolvimento da ideia de Estado de Bem Estar Social. Tão logo, na sociedade ocidental, desde o século XII, os indivíduos que, naquela época, eram tidos como cidadãos, reivindicavam a necessidade de regulação do poder que lhes eram impostos pelo soberano. Na Inglaterra, no ano de 1215, o então Rei João assina a Carta Magna, conhecida como um dos primeiros instrumentos de limitação do Estado, pois limitava os poderes do soberano, principalmente, no campo tributário (KERSTENETZKY, 2012).

A Revolução Francesa, iniciada em 1789, teve como marco a propagação da ideia de que o poder acarreta responsabilidade ao seu detentor e que a igualdade de direitos deveria ser real entre os sujeitos. A Declaração Francesa de Direitos Humanos, de 1793, expressa que os indivíduos deveriam ser tratados como iguais perante a lei, além de incorporar às responsabilidades do Estado, a garantia de liberdade e de bem estar dos cidadãos (KERSTENETZKY; KERSTENETZKY, 2015).

Por conseguinte às transformações paradigmáticas que vinham ocorrendo no decorrer dos tempos, percebeu-se que a garantia de direitos iguais perante a lei, a liberdade e a propriedade, não eram suficientes para balizar as condições de vida da sociedade, uma vez que as relações de trabalho existentes até então permitiam que certos indivíduos trabalhassem em condições análogas à escravidão. Em decorrência dessa problemática, a manifestação do Estado Alemão foi à inclusão de um modelo que se assenta no contrato de trabalho entre empregado e empregador, a divisão em categorias profissionais de trabalhadores e a contribuição com o seguro nacional compulsório que assegurava os trabalhadores em momentos de vulnerabilidade, em decorrência de acidente, doença, invalidez ou idade (KERSTENETZKY, 2012).

Concomitantemente às transformações sociais que vinham ocorrendo na Europa, no contexto histórico compreendido entre o pré e o pós-guerra (1^o Guerra Mundial), as inspirações Marxinianas começaram a crescer no seio dos Estados Europeus, dando origem assim às designadas sociais democracias. Dentre as características dessa nova forma de posicionamento do Estado, as que obtiveram destaque foram aquelas que preocupavam com a classe trabalhadora (PERSSON, 2008). É nesse contexto que, na Inglaterra, surgem as primeiras manifestações formais de proteção do bem estar social (ESPING-ANDERSEN, 1991).

A versão inglesa do *Welfare State* se aproxima do modelo de seguridade social (mais especificamente o sistema previdenciário) que se observa nos dias atuais. Sua implementação, datada de 1942, sugeria que os indivíduos em condições de trabalhar deveriam contribuir para a sobrevivência de doentes, desempregados, viúvas e reformados. Assim, os pagamentos semanais realizados pelos trabalhadores, subsidiavam a manutenção dos demais indivíduos que não podiam trabalhar, substituindo as pensões dadas pelo Estado (ESTERUELAS, 2000).

As ideias por trás do *Welfare State* configuram um conceito que se refere à garantia dada pelo Estado no que tange as necessidades de saúde, educação e renda mínima, seja por processos racionais inerentes às competências da Administração Pública, seja por um sentimento de solidariedade existente entre os indivíduos que contribuem e usufruem dos benefícios (BOBBIO MATTEUCCI; PARQUINO, 1998; MARSHALL, 1967 *citado por* BOTELHO, COSTA E SOUZA, 2018).

No Brasil, a trajetória do *Welfare State* nasceu em decorrência dos movimentos dos trabalhadores formais, contudo, o caráter redistributivo de recursos, sugerido pelo ideário, foi prejudicado devido à falta de autonomia que a burocracia instaurada na administração pública gerava. O funcionalismo público era resistente à utilização de recursos públicos para atendimento às demandas sociais, em detrimento dos corporativos (MEDEIROS, 2001).

3. Seguridade social brasileira: recortes históricos introdutórios

Por conseguinte às transformações sociais, políticas e institucionais resultantes da influência do ideário *Welfare State*, o Estado assume então a responsabilidade de equilibrar a ineficiência que o mercado tem de assegurar a cidadania aos indivíduos. As ações capitaneadas pela administração pública surgem de maneiras diferentes, entre diferentes países, em virtude das especificidades históricas, econômicas, políticas e culturais de cada nação (MEDEIROS, 2001).

A trajetória brasileira no que diz respeito à estruturação de um sistema de seguridade social, aos moldes do que conhecemos hoje, nasceu em 1988, com a chamada Constituição Cidadã, que estabeleceu um sistema que introduz o povo à saúde, assistência social e previdência social (BOSCHETTI, 2003). No entanto, desde a década de 1920, a ideia de seguro social já permeava entre os anseios da sociedade trabalhadora brasileira (DA SILVA; COSTA, 2016). Naquela época, a divisão entre trabalhadores formais e informais culminou na criação de Caixas de Pensões para profissionais (formais) de certas categorias, enquanto que outros indivíduos (trabalhadores informais) recebiam ajudas populistas e assistencialistas (SPOSATI, 1998).

Naquele momento, o país iniciava um processo de industrialização e urbanização que, em decorrência da possibilidade de intervenção dos movimentos operários em prol de melhores condições de trabalho e qualidade de vida, resultou nas primeiras ações do Estado para a proteção social (DA SILVA; COSTA, 2016). Em 1923 é promulgada a Lei Eloy Chaves, “considerada a primeira lei a regular o sistema previdenciário brasileiro. Até então, as primeiras iniciativas de caráter assistencial e beneficente de proteção social eram realizadas por instituições ligadas à religião” (DA SILVA; COSTA, 2016, p. 160).

Na era Vargas, o Estado passa então a tutelar as relações de trabalho, e, com isso, as organizações de previdência social que, em decorrência da setorização sindical, assumem nova estruturação, em que os institutos de previdência são ligados às organizações sindicais (SILVA; MÉDICI, 1991).

Anos mais tarde, com a tomada de poder pelos militares (o chamado regime militar) configurou-se num momento de mudança no *Welfare State* praticado no Brasil (MEDEIROS, 2001)..

Argumenta-se que, após a fase de consolidação inaugurada pelos governos militares de 1964, o modelo de *Welfare State* perdeu o caráter populista e assumiu duas linhas definidas, uma de caráter compensatório e outra de caráter produtivista. A primeira buscava minorar os impactos de um modelo de desenvolvimento baseado na concentração da riqueza e a segunda visava contribuir com as condições necessárias para o crescimento econômico como, por exemplo, a qualificação de mão de obra. Entretanto, ambas apresentavam como características a centralização política e financeira no governo federal, a forte fragmentação institucional e o caráter regressivo nos gastos sociais (MEDEIROS, 2001, p. 6).

De posse do poder para realização das reformas que, até então, se diziam necessárias (como a da previdência), o Estado optou por realizar reformas (jurídicas e políticas) sem profundidade, mais em função dos interesses da burguesia da

época, do que em virtude do benefício do operariado. O grupo que deu início à tomada do poder, observando contendas internas, verificou que a retomada da democracia era necessária. Tão logo, o mesmo grupo usa de tais reformas como um mecanismo de transição entre o regime e a retomada da democracia, o que, anos depois, culmina a instauração da constituinte (IANNI, 1984; FERNANDES, 1986; FERNANDES, 1989 citado por DE JESUS E VASCONCELLOS, 2016).

O sistema que, anos mais tarde, vigorou até a promulgação da CF de 1988, estabelecia um sistema público de saúde que propunha uma divisão de recursos federais, tal que, de um lado, o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) repartia os recursos entre benefícios previdenciários, ações de assistência social e atendimento médico. Do outro lado, a disputa de recursos ocorria entre os programas gerenciados pelo Ministério da Saúde (MS) e as demais incumbências da União (incluem-se educação, previdência do servidor público, transportes, defesa nacional, justiça, etc.) (VIANNA, 1992).

Até então, os recursos destinados ao SINPAS não eram apreciados pelo Congresso Nacional, e, portanto, não sofriam interferências orçamentárias, de modo que seus recursos provinham da própria previdência social e uma parcela quase simbólica do orçamento fiscal da União. A CF alterou esse quadro, uma vez que agora, os recursos destinados à saúde não se confundem mais com as demais incumbências da União, passando a serem disputados na esfera da seguridade social (VIANNA, 1992).

Quadro 1: Síntese das transformações sociais que culminaram na atual seguridade social brasileira

PERÍODO	TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS
1900 a 1920	1904 - Criação de indenizações à acidentes de trabalho: trata-se pela primeira vez sobre problemas de seguro social.
1921 a 1945	1923 - Lei Eloy Chaves: cria uma caixa de aposentadoria e pensão a cada nova estrada de ferro do país. 1930 - Regularização dos sindicatos com o Ministério do Trabalho: a) Foi iniciada a previdência social no governo provisório; b) Concretização da constituição do <i>Welfare State</i> no Brasil, atuando como um instrumento de controle dos movimentos de trabalhadores; c) Extensão do regime de caixas de aposentadoria a serviços de força, luz, telefone, bondes, cargos públicos, telegrafia, e particulares. 1933 - Criação do instituto de aposentadoria e pensão, extinguindo o método de caixas de pensões agrupadas por uma empresa. 1934 - A Constituição traça diretrizes para a legislação do trabalho com diversos preceitos, aposentadoria por invalidez e aposentadoria compulsória a funcionários públicos com 68 anos. 1937 - Assistência médica e higiênica ao trabalhador, licença maternidade, seguro invalidez, de velhice e de vida em relação ao acidente de trabalho.
1946 a 1955	1946 - Início da sistematização constitucional da matéria previdenciária, implica na mudança de seguro social para previdência social na Constituição.
1956 a 1988	1960 - Criação da LOPS (Lei Orgânica da Previdência Social) visando à unificação da legislação previdenciária. 1967 - A Lei 5.316 estatiza o Seguro contra Acidente de Trabalho (SAT), que substituiu o sistema tradicional. 1971 - Criação do PRORURAL, regulamentando a proteção aos trabalhadores rurais 1972 - Inclusão dos empregados domésticos e autônomos.

1974 - Criação do ministério da previdência e assistência social. 1977 - Criação do SINPAS - sistema nacional de previdência social. 1987/88 - Definição do projeto de seguridade social na Assembléia Nacional Constituinte com a união da saúde, assistência e previdência social.
--

Fonte: Os autores, 2019.

4. A atual seguridade social brasileira

A CF de 88 trouxe para o Brasil o caráter de um Estado de Bem Estar Social, através da conciliação de esforços coordenados entre todos os agentes da sociedade, que, através da defesa da integridade constitucional, cooperam para a garantia dos direitos sociais (FACHIN; OLIVEIRA, 2011).

Como se observa no decorrer do texto, a CF de 1988 foi responsável por trazer um conceito à seguridade social em seu Artigo 194. A Constituição brasileira estabelece que a seguridade social “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

No que tange as funções dos elementos que compõem o sistema de seguridade social, Sposati (2013) descreve:

A previdência social [...] afiança um valor substituto à remuneração do trabalho em algumas situações em que ocorrem impedimentos ao seu exercício normal. Esse valor substituto recebe a forma de benefício, pensão e aposentadoria cujo acesso é vinculado a regras de tempo de contribuição, idade, grau de agravo, entre outros requisitos [...]. A saúde, política pública de direitos que opera por um sistema único, o SUS tem agenda de cobertura estendida à prevenção, para além da intervenção de aporte clínico, hospitalar ou não, e cirúrgico ambos com aplicação de avanços tecnológicos. [...]. A assistência social, política pública de proteção social, opera por um sistema único federativo, o Suas, em implantação em todo o território nacional. Como a saúde sua condição de política de proteção social é distinta da forma de seguro social. Organizada em dois níveis de proteção, a básica e a especial, desenvolve sua ação por meio de serviços e benefícios para o acesso de pessoas e famílias demandantes de proteção social face a agravos de fragilidades próprias do ciclo de vida humano, pela presença de deficiências, decorrentes de vitimizações, por violência, por desastres ambientais, pela presença de discriminação, pela defesa da sobrevivência e de direitos humanos violados (SPOSATI, 2013, p. 663-664).

Lanzara (2016) aponta que, devido ao ambiente corporativo não propício ao fomento dos direitos sociais e às relações de trabalho desestruturadas, a criação de instituições de proteção social no Brasil não revela grandes qualidades.

Existe, sobretudo, certo conflito na implementação da seguridade social, uma vez que o direito é universal, mas seus instrumentos de proteção são acessados em decorrência do estado em que se encontra o indivíduo, isto é, saúde e previdência estão acessíveis aos que trabalham e, conseqüentemente, contribuem, enquanto que a assistência é destinada aos que não podem trabalhar (RAMOS, 2004). A CF de 1988 nasceu com a virtude de legitimar os direitos, dentre outros, de proteção social aos indivíduos residentes no Brasil. Contudo, cabe destacar que a existência da lei não significa sua implementação, sendo, portanto, possível de se verificar distorções nesse processo e na fiscalização das ações realizadas. Nesse sentido, Ramos (2004) sugere que no âmbito da seguridade social há certo retrocesso, principalmente porque há seletividade no acesso das políticas sociais e diminuição de recursos e investimentos.

5. Metodologia

O objetivo do presente estudo foi verificar o comportamento da literatura científica publicada em língua portuguesa entre 1988 (Ano da publicação da Constituição Federal) e 2018 que trata da seguridade social brasileira. Para tal fim, abordou-se o problema de pesquisa de maneira quantitativa, uma vez que se buscou traduzir a realidade em números que a representem (MARCONI; LAKATOS, 2003). Além disso, trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010), pois dedicou-se a relatar a atual realidade das publicações sobre o tema, frente às mudanças que ocorreram no decorrer do período analisado na pesquisa, além de fazer um recorte temporal da política do Bem Estar Social.

O objeto de estudo é formado por artigos científicos, teses, dissertações, dentre outros, sendo, portanto, uma pesquisa bibliográfica, pois trabalhou-se apenas com textos que já receberam tratamento científico (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Sobre as técnicas de coleta e análise dos dados, optou-se pelo uso da bibliometria, uma vez que essa técnica possibilita a sistematização de pesquisas já publicadas, a fim de se endereçar os problemas ainda não solucionados a pesquisas futuras (CHUEKE; AMATUCCI, 2015).

5.1 Estratégias de busca: base de dados e descritores utilizados

Os textos foram recuperados da *Web Of Science* (WoS) que é uma base de dados que disponibiliza acesso a mais de 9.200 títulos de periódicos (temos acesso ao conteúdo integral apenas dos assinados pela CAPES), que possibilita a identificação de artigos de periódicos em diversas áreas do conhecimento, mais especificamente, foram pesquisados em todas as bases de dados da WoS. O Web Of Science encontra-se disponível no endereço <http://isiknowledge.com/> Os resultados foram restringidos a apenas publicações realizadas em língua portuguesa, entre os anos de 1988 e 2018.

Para a escolha dos descritores (QUADRO 2), utilizou-se os parâmetros sugeridos pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) (2019) e termos que foram recuperados das palavras-chave de alguns textos lidos anteriormente ao início do estudo. Os mesmos foram recuperados e combinados de forma que abrangessem todas as possibilidades de sinônimos em língua portuguesa.

O termo seguridade social se confunde com previdência social, contudo, não se entende os mesmos como sinônimos baseados na legislação brasileira, conquanto a sigla INSS foi recorrente nos textos lidos, portanto, a mesma foi inserida aos possíveis sinônimos. De fato, a intenção é de estudar a seguridade social, incluindo-se todos os elementos que a compõem.

Quadro 2: Descritores utilizados para a busca dos artigos

DESCRITOR PRINCIPAL	POSSÍVEIS “SINÔNIMOS”	LÍNGUA
Seguridade social	Bem-estar social	Português
	INSS	Português
	Seguro social	Português

Fonte: Os autores, 2019.

Por fim, realizou-se combinações entre os descritores e os operadores booleanos AND e OR, de acordo com o tutorial de pesquisa de revistas científicas da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) (2019). O primeiro, com vistas a restringir a relação de

resultados, e o segundo, com o objetivo de abranger textos com termos aproximados. Com tais combinações, conseguiu-se chegar ao algoritmo de busca (QUADRO 3) utilizado para a procura final dos documentos. No referido algoritmo, os termos foram dispostos a fim de que o resultado não dispersasse, isto é, o conjunto de textos retornados abrangesse apenas publicações que tratam do tema “Seguridade Social Brasileira”.

Quadro 3: Algoritmo de busca utilizado para composição inicial do conjunto de textos

TS=(“segur* social” OR “inss” OR “bem-estar social”) **AND TS=**(Brasil)

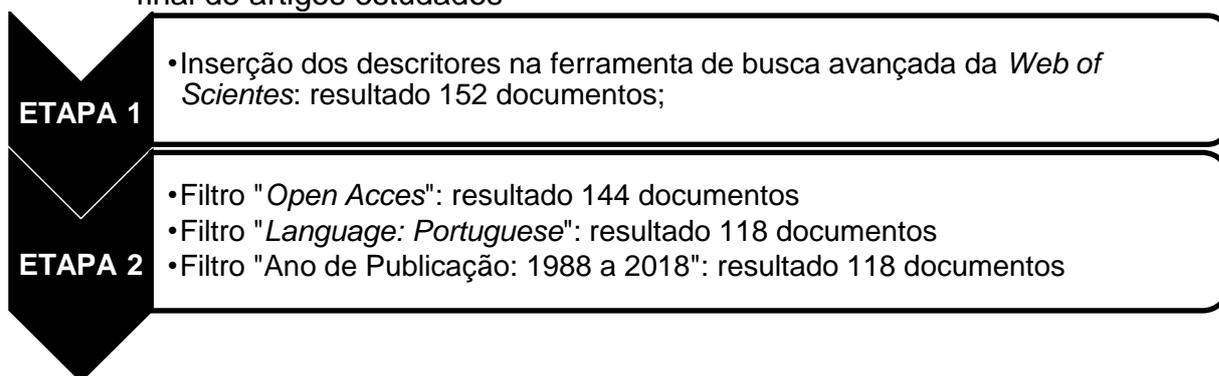
Fonte: Os autores, 2019.

Para que o conjunto de textos retornados retratasse a seguridade social brasileira, o descritor “Brasil” foi acrescido ao algoritmo de busca. Esse termo foi buscado em qualquer tópico do artigo, isto é, título, palavras-chave, resumo e corpo do texto.

5.2 Etapas de filtragem e escolha dos documentos que compuseram o conjunto final

Após a inserção dos descritores na ferramenta de busca avançada da WoS, obteve-se o retorno de 152 documentos, incluindo artigos, resumos, teses, dissertações, entre outros. O primeiro filtro utilizado foi o “Open Access”, o que resultou em 144 textos. Em seguida, utilizou-se o filtro “Languages: Portuguese”, de modo que o novo resultado foi de 118 documentos. Utilizou-se também o filtro de data, estipulando entre os anos de 1988 e 2018, mantendo o resultado de 118 textos.

Figura 1: Esquema do processo de filtragem dos textos que compuseram o conjunto final de artigos estudados



Fonte: Os autores, 2019.

A busca dos textos, o processo de filtragem e a obtenção dos dados ocorreram entre 02 e 10 de janeiro de 2019, a fim de se assegurar a obtenção de todos os textos publicados em 2018.

6. Resultados e discussões

Na presente seção, demonstra-se os dados que foram computados e levanta-se possibilidades de interpretações para os mesmos, evidenciando o comportamento das publicações no período de 1988 a 2018. Salienta-se que, embora o número de estudos recuperados seja representativo, não há como afirmar

que esteja cobrindo toda a literatura científica sobre o tema. Tão logo, dedicou-se à análise dos textos recuperados, sabendo da possibilidade de que outros textos, publicados em anais de eventos científicos ou periódicos não indexados às bases de dados pesquisadas pela WoS, poderiam ser analisados, caso fosse esse o foco do presente trabalho. No entanto, em vez de especular sobre essa possibilidade de inserção de outros textos, dedicou-se a investigar os documentos aceitos para o presente estudo, de modo que os mesmos representem as variações ocorridas no período estipulado.

6.1 Evolução temporal das publicações sobre a seguridade social brasileira

Os dados obtidos (TABELA 1) apontam para uma oscilação positiva e possível tendência de aumento no número de publicações, sendo que em 2018 houve 10 estudos publicados, assim como no ano imediatamente anterior. Essa tendência nos é sugerida, uma vez que é sabido que o período transcorrido entre a submissão e a publicação de determinado documento pode levar anos. Logo, os atuais resultados de pesquisas submetidos aos veículos de publicação, possivelmente só serão publicados nos próximos anos. O ano de 2010 registrou 14 publicações, sendo o ano de maior destaque nesse sentido.

A década de 1990 não contemplou publicações no tema. Acredita-se que a atual disseminação proporcionada pela internet e as tecnologias de informação e comunicação, privilegiam as publicações mais recentes, uma vez que os veículos de publicação têm, cada vez mais, adotado procedimentos de divulgação online.

Observa-se que, entre os anos de 1988 e 2001, houve um intervalo de mais de 10 anos sem publicações no tema a despeito do novo milênio que registrou um aumento significativo no número de publicações. Acredita-se que, dentre as possibilidades, tal fato possa ser atribuído a atual atenção que a seguridade social brasileira tem recebido, em especial, a previdência social. Diversos autores (BOSCHETTI, 2003; MARQUES; BATICH; MENDES, 2002 SILVA, 2004; MELO; ANASTASIA, 2005; SILVA, 2007; BRESSER PEREIRA, 2010; RAMOS; AREND, 2012) têm discutido a reforma da previdência social com maior ênfase a partir do novo milênio, sendo este, um dos temas de extrema relevância e de necessária atenção.

Tabela 1: Variação no número de publicações entre os anos de 1988 e 2018

ANO	PUBLICAÇÕES	%
2018	10	8,474
2017	10	8,474
2016	9	7,627
2015	10	8,474
2014	7	5,932
2013	7	5,932
2012	6	5,085
2011	9	7,627
2010	14	11,864
2009	8	6,779
2008	8	6,779
2007	8	6,779
2006	5	4,237
2005	3	2,542
2004	2	1,695
2002	2	1,695

TOTAL	118	100%
-------	-----	------

Fonte: Os autores, 2019.

Em uma pesquisa onde analisaram perspectivas teóricas adotadas nos estudos científicos sobre a trajetória das políticas de Previdência Social no Brasil de 1998 a 2017, Silva, Tavares e Lopes (2018) observaram que a academia tem dado maior atenção às perspectivas econômicas, reformistas e de bem estar, de modo que a literatura científica, por eles estudada, aponta para um distanciamento entre a proposta constitucional de seguridade social e a realidade pesquisada.

Essas discussões, tanto teóricas quanto empíricas (nascidas de pesquisas de campo em instituições de previdência social ou similares, saúde e assistência social) ressaltam a importância de se haver estudos sobre essa temática.

6.2 Veículos de publicação dos documentos estudados

Dentre os veículos de publicação (QUADRO 3) em que os artigos foram difundidos, destacam-se as Revistas Cadernos de Saúde Pública, Ciência & Saúde Coletiva e Katálysis, destinadas a publicação de pesquisas em saúde e serviço social (segundo informações dos sites eletrônicos dos periódicos). Os periódicos apresentaram 11 publicações para o primeiro e 10 publicações para o cada um dos demais.

Tabela 2: Relação de veículos de publicação, número de artigos por periódico, ISSN e QUALIS

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	ISSN	QUALIS	PUBLICAÇÕES	%
Cadernos de Saúde Pública	1678-4464	A1	11	9,32%
Ciência & Saúde Coletiva	1413-8123	A1	10	8,47%
Revista Katálysis	1982-0259	A1	10	8,47%
Revista de Saúde Pública	1518-8787	A1	6	5,08%
Saúde e Sociedade	1984-0470	A1	6	5,08%
Serviço Social & Sociedade	2317-6318	A1	6	5,08%
Revista Brasileira de Estudos de População	1980-5519	A2	5	4,24%
Economia Aplicada	1413-8050	A2	4	3,39%
Revista Brasileira de Economia	1806-9134	B1	4	3,39%
RAP - Revista de Administração Pública	1982-3134	A1	4	3,39%
Estudos Econômicos (São Paulo)	1980-5357	B1	3	2,54%
Organizações & Sociedade	1984-9230	A2	3	2,54%
PHYSIS	1809-4481	B1	3	2,54%
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	2317-6369	B1	3	2,54%
<i>Brazilian Journal of Political Economy</i>	1809-4538	A1	2	1,69%
Caderno CRH	1983-8239	A1	2	1,69%
Lua Nova	1807-0175	A1	2	1,69%
Revista Brasileira de Enfermagem	1984-0446	A2	2	1,69%
Saúde em Debate	2358-2898	A2	2	1,69%
Arquivos Brasileiros de Cardiologia	0066-782X	A2	1	0,85%

Cadernos PAGU	1809-4449	A1	1	0,85%
CERNE	0104-7760	A2	1	0,85%
DADOS	1678-4588	A1	2	1,69%
Economia e Sociedade	1982-3533	B1	1	0,85%
Epidemiologia e Serviços de Saúde	2237-9622	B1	1	0,85%
Escola Anna Nery	2177-9465	A2	1	0,85%
Estudos Avançados	1806-9592	A1	1	0,85%
Estudos de Psicologia Campinas	1982-0275	A1	1	0,85%
FLORAM - Revista Floresta e Ambiente	2179-8087	A2	1	0,85%
Jornal Brasileiro de Pneumologia	1806-3713	A2	1	0,85%
Opinião Pública	0104-6276	A1	1	0,85%
<i>Papeles de Poblacion</i>	1405-7425	A1	1	0,85%
Psico USF	2175-3563	A2	1	0,85%
Psicologia: Ciência e Profissão	1982-3703	A2	1	0,85%
Psicologia, Saúde e Doenças	1645-0086	A1	1	0,85%
Psicologia & Sociedade	0102-7182	A2	1	0,85%
Psicologia: Teoria e Pesquisa	1806-3446	A1	1	0,85%
RAE - Revista de Administração de Empresas	0034-7590	A1	1	0,85%
RAM - Revista de Administração Mackenzie	1678-6971	B1	1	0,85%
Revista Bioética	1983-8042	B1	1	0,85%
Revista Brasileira de Ciência Política	2178-4884	B1	1	0,85%
Revista Brasileira de Epidemiologia	1415-790X	A2	1	0,85%
Revista Brasileira de Farmacognosia	0102-695X	B1	1	0,85%
Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia	1809-9823	B1	1	0,85%
Revista Colombiana de Psicologia	0121-5469	A2	1	0,85%
Revista Estudos Feministas	1806-9584	A1	1	0,85%
<i>Trabajo y Sociedad</i>	1514-6871	A2	1	0,85%
Trabalho, Educação e Saúde	1678-1007	A2	1	0,85%
TOTAL			118	100,00%

Fonte: Os autores, 2019.

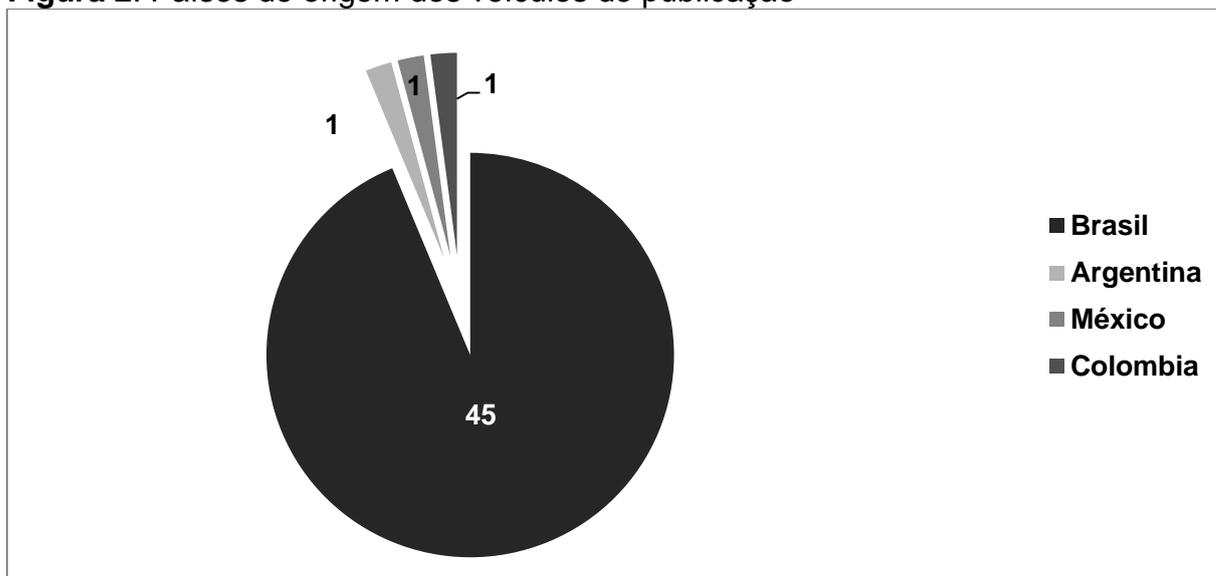
É possível perceber que, dentre os periódicos em que os artigos estudados foram publicados, 41,66% são classificados como A1, segundo os dados do portal Sucupira¹. Todos os veículos de publicação são classificados como B1 ou superior. Tais dados conferem maior confiabilidade aos estudos publicados, uma vez que a comunidade acadêmica brasileira aceita o QUALIS como um indicador de relevância científica.

Sobre os países de origem de tais periódicos, observamos que, dentre os 48 retratados, três são de origem estrangeira. A Figura 2, abaixo, demonstra os dados, tais quais, nos fazem pensar em algumas possibilidades. Dentre elas, reflete-se

¹ Foi utilizado o maior QUALIS dentre os quais, cada periódico apresenta, independentemente da área do conhecimento.

sobre qual poderia ser o diferencial para que tais periódicos externos realizassem publicações de trabalhos que tratam da seguridade social brasileira. Na opinião dos autores, o sistema de seguridade social nacional repercute de maneira positiva (embora se saiba dos problemas que são enfrentados), pois registra uma implementação real de políticas sociais que asseguram a cidadania dos indivíduos, servindo, inclusive, como exemplo para a formulação e reformulação de políticas desse cunho em outras nações, desde que adaptadas às novas realidades.

Figura 2: Países de origem dos veículos de publicação



Fonte: Os autores, 2019.

Outro ponto que chama a atenção é a confirmação da premissa de que existem periódicos estrangeiros (mais especificamente, da América Latina) que permitem a publicação de textos escritos em língua portuguesa. Por trás desse fato, há um processo de internacionalização institucional dos periódicos que contribui para disseminação do conhecimento gerado.

6.3 Textos mais relevantes segundo a quantidade de citações e seus autores

Dentre os 118 textos estudados, alguns são considerados mais relevantes, devido à quantidade de citações recebidas em outros documentos. A quantidade de citações é informada pela própria WoS. Relacionou-se os 10 documentos mais citados (QUADRO 4). O destaque é dado aos autores Oswaldo Hajime Yamamoto (2007; 2010) e Maria Inês Reinert Azambuja (2002; 2008) em virtude de cada um deles estar presente em dois textos, o que evidencia a importância de suas pesquisas na construção das bases teóricas de outros textos.

Quadro 4: Relação de artigos mais citados, seus autores e ano de publicação

TÍTULO DO TEXTO	AUTOR(ES)	CITAÇÕES	ANO
Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído	FLEURY, S.	38	2009
Impacto econômico dos casos de doença cardiovascular grave no Brasil: uma estimativa baseada em dados secundários	AZAMBUJA, M. I. R.; FOPPA, M.; MARANHÃO, M. F. C.; ACHUTTI, A. C.	38	2008
Invalidez por dor nas costas entre segurados	MEZIAT FILHO, N.;	32	2011

da Previdência Social do Brasil	AZEVEDO E SILVA, G.		
Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo	YAMAMOTO, O. H.	31	2007
Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos	YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F.	29	2010
Utilização de fitoterápicos por idosos: resultados de um inquérito domiciliar em Belo Horizonte (MG), Brasil	MARLIÉRE, L. D. P.; <i>et al</i>	28	2008
Os vários mundos do financiamento da Saúde no Brasil: uma tentativa de integração	DAIN, S.	25	2007
Morbidade subjacente à concessão de benefício por incapacidade temporária para o trabalho	BOFF, B. M.; LEITE, D. F.; AZAMBUJA, M. I. R.	21	2002
Responsabilidade do Estado e direito à saúde no Brasil: um balanço da atuação dos Poderes	BAPTISTA, T. W. F.; MACHADO, C. V.; LIMA, L. D.	20	2009
Adoecimento mental incapacitante: benefícios previdenciários no Brasil entre 2008-2011	SILVA JUNIOR, J. S.; FISCHER, F. M.	19	2014

Fonte: Os autores, 2019.

Contrariamente ao que se imaginou, os textos publicados mais recentemente tiveram mais citações que os mais antigos. Nossa hipótese era de que os textos publicados no início do novo milênio teriam maior destaque, por servirem de base para a construção das reflexões teóricas dos autores que viriam a pesquisar no tema. Contudo, dentre os mais citados, apenas o artigo de Boff, Leite e Azambuja (2002) teve sua publicação no início deste século.

6.4 Categorias gerais das áreas de conhecimento das publicações

Dando seguimento às estratificações, observou-se também as áreas gerais de conhecimento das publicações. Os dados sugerem que a importância do tema permite-o repercutir de maneira interdisciplinar. Embora as ciências sociais (como já era de se esperar) represente cerca de 45% do total de publicações, outras áreas de conhecimento têm dado atenção à seguridade social. A junção de diversos conhecimentos científicos e empíricos é de suma importância para o desenvolvimento de ações que visem à melhoria do atual sistema de seguridade social (sugere-se isso, porque acredita-se que o atual sistema ainda pode melhorar).

Tabela 3: Categorias gerais das áreas de conhecimento das publicações

CATEGORIAS GERAIS	PUBLICAÇÕES	%
<i>Social sciences</i> (Ciências sociais)	96	44,860
<i>Science technology</i> (Ciência da tecnologia)	56	26,168
<i>Life sciences biomedicine</i> (Ciências biomédicas)	55	25,701
<i>Physical sciences</i> (Ciências físicas)	3	1,402
<i>Arts humanities</i> (Artes humanidades)	2	0,935
<i>Technology</i> (Tecnologia)	2	0,935
TOTAL	214	100%

Fonte: Os autores, 2019.

Salienta-se que o total de publicações, apresentado na tabela acima, não está em conformidade com o total de textos analisados, porque alguns documentos podem ser enquadrados em mais de uma área de conhecimento concomitantemente.

7. Considerações Finais

No presente trabalho, objetivou-se verificar o comportamento da literatura científica publicada em língua portuguesa entre 1988 e 2018 que trata da seguridade social brasileira. Para tal fim, realizou-se uma análise bibliométrica de documentos tratados cientificamente, publicados em periódicos indexados a todas as bases de dados vinculadas à *Web of Science*.

Um ponto que se julga importante destacar é que, com base nos dados, observa-se que a literatura científica tem dado atenção ao tema, apenas mais recentemente. Entre 1988 e 2001, não houve publicações. Aqui, sugere-se que o estudo seja expandido a outras bases de dados ou periódicos especializados, além de eventos científicos que se dedicam à discussão do tema.

Já no novo milênio, observa-se que o número de publicações no tema tem aumentado com o decorrer do tempo. Contudo, não há como afirmar se tais publicações são qualitativamente equivalentes às transformações sociais ocorridas entre 1988 e 2018. Tão logo sugere-se que, como desdobramento futuro, seja realizada uma análise qualitativa dos textos publicados no período, de modo que seja evidenciado o que os pesquisadores têm discutido e se as pesquisas têm refletido as transformações sociais ocorridas.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <<https://bit.ly/1dFiRrW>>. Acesso em: 22 nov. 2018.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N.; PARQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1998.
- BOSCHETTI, I. Implicações da Reforma da Previdência na Seguridade Social Brasileira. **Psicologia & Sociedade**; v. 15, 2003, p. 57-96. Disponível em: <<https://bit.ly/2Bc5fGK>>. Acesso em: 25 out. 2018.
- BOTELHO, L. H. F.; COSTA, T. M. T.; SOUZA, L. P. **Análise financeira da seguridade e previdência social no Brasil**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – EnANPAD. Curitiba, PR, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2UKwMa6>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Os Primeiros Passos da Reforma Gerencial do Estado de 1995, in: D'INCAO, Maria Angela; MARTINS, Hermínio. (Org.). Democracia, Crise e Reforma: Estudos sobre a Era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, p. 171-212, 2010.
- CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext**, vol. 10, nº 2, p. 1-5, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2SAW7Cm>>. Acesso em: 15 out. 2018.
- DA SILVA, L. L.; COSTA, T. M. T. A Formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: 90 anos de história. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 1, p. 159-173, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2DKB7Vp>>. Acesso em: 25 out. 2018.
- DE JESUS, E.; VASCONCELOS, J. Seguridade social e participação: considerações sobre a política previdenciária no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 20, nº

2, p. 613-629, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2zn2wJ0>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, nº 24, p. 85-116, 1991. Disponível em: <<https://bit.ly/2e6XuEO>>. Acesso: 15 nov. 2018.

ESTERUELAS, C. M. **La Agonía del Estado**: ¿un nuevo orden mundial? Madrid: Laxes, S.L. Ediciones, 2000.

FACHIN, Z; OLIVEIRA, E.D. **Seguridade social como direito fundamental**: garantia de efetivação na Constituição brasileira. *Scientia iuris*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 175-197, jun. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276232449_Seguridade_social_como_direito_fundamental_garantia_de_efetivacao_na_Constituicao_brasileira. Acessado em 28 de novembro de 2018.

FERNANDES, F. Nova república? 2º ed; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986

_____. A constituição inacabada: vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

IANNI, O. O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis: Vozes, 1984.

KAUARK, F. S; MANHÃES, F.C; MEDEIROS, C.H. **Metodologia da Pesquisa**: um guia prático. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2010.

KERSTENETZKY, C. L. **O estado do bem-estar social na idade da razão**: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KERSTENETZKY, C. L.; KERSTENETZKY, J. O Estado (de Bem-Estar Social) como ator do desenvolvimento: uma história das ideias. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 3, p. 581-615, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2BC68sa>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

LANZARA, A. P. Estado, trabalho e seguridade social no Brasil: legados, transformações e desafios. **Revista de Serviço Público**, nº 67, p. 31-54, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ulsi9b>>. Acesso em: 12 fev. 2019

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MARQUES, R.M.; BATICH, M.; MENDES, A. Previdência social brasileira: um balanço da reforma. In: VII Encontro Nacional de Economia Política. Anais... Curitiba, SEP, 2002.

MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MEDEIROS, M. **A Trajetória do Welfare State no Brasil**: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. Texto para Discussão, n. 852, IPEA, Brasília, 2001.

MELO, C.R.; ANASTASIA, F. A Reforma da previdência em dois tempo. *Dados Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 48, n2, p.301-332.2005

PERSSON, L. F. **A social democracia e o estado de bem-estar social**: as políticas públicas de trabalho, emprego e renda e de previdência social na Suécia e Brasil. 2008. 105 f. Monografia (Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, 2008.

RAMOS, D. R.A Seguridade Social brasileira: caminhos percorridos e a desbravar. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 1, nº 1, p. 25-37, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2H4ab4w>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

RAMOS, M. P.; AREND, S. C. O impacto da reforma da previdência social rural brasileira nos arranjos familiares: uma análise para entender a composição dos domicílios dado o aumento da renda dos idosos. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 67-86, jan./jun. 2012

SANTOS, W. R. Seguridade Social a partir de 1988: o início da proteção dos direitos sociais no Brasil. **Revista Katálysis**, vol. 10, nº 2, p. 272-274, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2zxMVqr>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SILVA, R. A.; TAVARES, B.; LOPES, M. E. O. **As perspectivas acadêmicas da trajetória das políticas públicas de previdência social no Brasil**. In: V Encontro Brasileiro de Administração Pública. Viçosa, MG, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2RMpWyr>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SILVA, A. A. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A gestão da seguridade brasileira entre a política pública e o mercado. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, P. L. B.; MÉDICI, A. C. Seguridade social: velhos problemas, novos desafios. **Revista de Administração Pública**, nº 25, p. 69-134, 1991. Disponível em: <<https://bit.ly/2EG7uTb>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SPOSATI, A. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Revista Intervenção Social**, nº 17/18, p. 198-225, 1998. Disponível em: <<https://bit.ly/2KI0lKB>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, nº 116, p. 652-674, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2S2hZVS>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

VIANNA, S. M. A seguridade social, o sistema único de saúde e a partilha dos recursos. **Saúde e Sociedade**, vol. 1, nº 1, p. 43-58, 1992. Disponível em: <<https://bit.ly/2DNKovO>>. Acesso em: 21 nov. 2018.